



# CNE

COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

Brasília/DF, 13 de junho de 2023

REESTATIZAÇÃO  
DA ELETROBRAS,  
JÁ

## CNE repudia a Gestão do Medo instaurada na Eletrobras

No dia 06/06/2023, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), se reuniu com o Presidente da Eletrobras, Wilson Pinto Ferreira Júnior, com o Vice-presidente de Gente, Gestão e Cultura, José Renato Domingues, com o Assessor de Relações Sindicais, Marcelo Santos Ferreira e com o Assessor da Presidência, Alberto Jardim. O intuito foi o de colher informações com relação ao processo de reestruturação da Eletrobras, que inclui o CSC, bem como solicitar que o PDV 2023 fosse realizado após a finalização do processo de reestruturação, o que possibilitaria a absorção de quadros técnicos nas áreas de uma mesma empresa e também entre as empresas.

Com relação ao PDV 2023, a Eletrobras informou que ainda pretende lançar o novo programa na segunda quinzena de junho. Apesar de não se manifestarem sobre os termos e valores do novo plano de demissão voluntária, alegando ainda não ter sido aprovado no Conselho de Administração da empresa, informaram que a meta de desligamento é de 1.588 trabalhadores em todo o Sistema, considerando o quadro de 7.944 trabalhadores em 30/04/2023. Quanto ao cronograma de saídas do PDV 2023, este será definido após o encerramento das inscrições do PDV, previsto para 31 de julho.

Tendo em vista que a empresa teve que manter 523 trabalhadores do PDV 2022 em seus postos de trabalho, questionamos sobre o cronograma de saídas do PDV 2023, pois com a retenção destes trabalhadores do PDV 2022, fica mais do que claro que não há mão de obra suficiente nos quadros da empresa para

atender todos os processos. A Eletrobras alegou que a reestruturação trará diminuição nos quadros e que a contratação de 832 trabalhadores vai suprir os déficits existentes. Informaram ainda que 80% dessas contratações será de técnicos e 20% de engenheiros, e correrá entre julho e novembro de 2023.

Informaram ainda que, no dia 03/07/2023 será divulgada a estrutura final da Eletrobras, momento no qual, segundo a empresa, os trabalhadores terão a possibilidade de enxergar as “caixinhas” na nova estrutura das Empresas, “ajudando” a tomar a decisão sobre a adesão ao PDV, chamado de seguro por representantes da Eletrobras.

Todo processo de reestruturação exige estudos, dentre eles o quadro qualiquantitativo, famoso desde a implantação do PCR em 2010, mas que nunca nos foi apresentado. Segundo a Direção da empresa, o dimensionamento foi realizado, e ao ser solicitado pelo CNE, foi NEGADO, por considerarem a informação estratégica e sensível, por questões concorrenciais. Sequer quiseram colocar os números por Estado, de forma que as entidades sindicais pudessem assessorar suas bases em momento oportuno.

A Eletrobras informou que contratou a Empresa LHH Consultoria & Assessoria em RH, para treinar os gestores a abordar os trabalhadores sobre a nova estrutura da Empresa, explicando quem ficará na empresa, e quem, a princípio, não estaria em nenhum processo. A LHH também auxiliará no processo de realocação profissional (previsto no ACT), orientando em



como elaborar um currículo e como buscar nova posição no mercado de trabalho. O projeto piloto já está rodando na holding, com as equipes dos programas setoriais. **O CNE salienta e alerta que as adesões ao PDV 2023 são voluntárias e que, caso haja assédio por parte da Empresa e seus gestores, denuncie imediatamente ao seu Sindicato, para que possam ser tomadas as medidas cabíveis.**

## ACIDENTES DE TRABALHO

O CNE manifestou a preocupação com a velocidade do processo de saídas de técnicos qualificados, o que tem causado o aumento de acidentes de trabalho em todas as empresas, inclusive com mortes. Os representantes da Eletrobras demonstraram “preocupação” com a segurança no trabalho e com as situações citadas, e informaram que a Empresa está atuando para identificar as causas de tais acidentes. O aumento de acidentes e mortes, pós privatização, é fruto da nefasta precarização da mão-de-obra e da política de terror que a Direção da Eletrobras tenta implantar nas Empresas do Sistema Eletrobras, mas alertamos que não ficaremos passivos a estas situações e que a categoria está pronta para resistir e lutar.

Questionados sobre os Contratos de Terceirização na Empresa, cujos trabalhadores geralmente não recebem os devidos treinamentos e remuneração adequada, o VP, José Renato, disse que estes contratos foram mal feitos no passado. A “nova Eletrobras” melhorará as condições nos próximos instrumentos que forem firmados, aumentando as obrigações às empresas contratadas e melhores condições na fiscalização, com previsão de rescisão contratual, quando houver descumprimento, mas deixou claro que a Eletrobras poderá manter a contratação de terceirizados em suas diversas áreas. Esquece o VP, que o presidente da Eletrobras era o mesmo, Wilson Pinto, quando grande parte destes contratos foram firmados, e o presidente anterior a ele, hoje é o Vice-Presidente de Regulação e de Relações Institucionais, Sr. Rodrigo Limp. Se os contratos foram mal feitos, foi com a anuência

e participação de parte da atual Direção da Eletrobras.

## CSC

Ao questionar a nova estrutura do CSC, o CNE deixou registrado o repúdio à apresentação infeliz realizada aos trabalhadores do CSC Sudeste, Eletrobras e Furnas. O VP, José Renato, concordou que a apresentação foi mal conduzida, e que apesar do que foi dito, a Eletrobras garantirá os benefícios e ajudas de custos previstas em ACT e na legislação para o caso de transferências de trabalhadores. O CSC possui 1.350 trabalhadores em todas as Empresas. Destes, 450 são de logística/almoxarifado e tendem a permanecer em suas regionais. Ainda, haverá a possibilidade de atuação por teletrabalho, mas os trabalhadores terão que passar por treinamentos presenciais em Recife, onde será a sede do CSC. O tom utilizado aos dirigentes sindicais foi bastante diferente do usado com os trabalhadores. Qual o intuito de tocar o terror com aqueles que estão vendo suas vidas transformadas de forma abrupta?

## OUTROS ASSUNTOS

A Empresa informou que está realizando estudos para a revisão do **Plano de Cargos e Remuneração - PCR**. Os membros do CNE ressaltaram para os representantes da Empresa a necessidade no cumprimento da cláusula 8ª do Acordo Coletivo de Trabalho 2022-2024, que visa que alterações nas normas internas incorporadas aos Contratos de Trabalho sejam discutidas previamente com os Sindicatos signatários do ACT. Portanto, o CNE está atento para quaisquer alterações que venham a trazer prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras.

Sobre o assunto “**Previdência Complementar**” e operação dos “**Planos de Saúde**”, o VP, José Renato, disse que a Eletrobras não tem o interesse de fazer gestão nos fundos de pensão, pois esta não é a vocação da Empresa, que é uma Empresa de Energia, e que o foco neste caso é nos participantes. Disse que a unificação das Previdências das Empresas poderiam trazer um impacto bem positivo no custo



administrativo destes fundos de pensão. Sobre a operação dos planos de saúde, informou que este processo não tem definição ainda. O CNE informou ao VP que, no ACT, existe a previsão de um Fórum das Fundações e do Comitê de Saúde para discutir temas de Previdência e Saúde, entre as representações dos trabalhadores e Empresa, e solicitou ao VP reuniões específicas para tratar este tema com a Eletrobras, o que foi acatado pelo representante da Empresa. Essas questões de Saúde e Previdência complementar não podem ser tratadas de forma unilateral e é fundamental que a Empresa respeite o Acordo assinado. O CNE alerta a categoria que é importante estar disposta para a luta caso seja necessário, pois se trata da poupança de uma vida inteira e da garantia de um bom tratamento de saúde.

Sobre os **Acordos de Turno Ininterrupto de Revezamento** da Eletronorte e Furnas, que foram enviados pelas Empresas à Eletrobras, para aprovação. A Eletrobras está analisando os acordos, visando adotar decisões unificadas nas Empresas. Foi questionado também sobre a **Mediação do Acordo de Banco de Horas** de Furnas no TST, que também foi submetida à Eletrobras, e a resposta também foi que está em análise e que em breve teremos um retorno.

Sobre a data de pagamento da **1ª parcela do 13º salário**, a empresa informou que será paga em julho de 2023, conforme o ACT para os trabalhadores que não a receberam por ocasião da férias. Com relação ao pagamento da **2ª parcela da PLR 2022**, tendo em vista que os acionistas receberão seus dividendos até o fim deste mês de junho de 2023, informaram que por conta da legislação da PLR, a empresa não pode pagar a 2ª parcela com intervalo inferior a 3 (três) meses da data do pagamento da 1ª parcela. Como esta foi paga em 12/05/2023, a Eletrobras tem possibilidade de pagar a 2ª parcela após 12/08/2023.

Em diversos momentos da reunião foi dito que não cabe mais o pensamento estatal em uma empresa privada, e que a cultura deve ser diferente, deve mudar. Os acionistas que hoje dão as cartas na Eletrobras, o grupo 3G Radar

é conhecido pela prática da **cultura do medo**, a aplicaram na fraude das Americanas e é bem explicado no artigo de 31 páginas intitulado *Americanas, a fraude titânica*. O aumento absurdo de horas extras, estafa do quadro de pessoal, sensação de insegurança, falta de transparência, priorizar o pagamento a acionistas em detrimento de valorizar o quadro técnico, aumentar a diferença salarial entre gestor e trabalhadores do quadro técnico, são algumas das semelhanças que se percebe entre o caso Americanas e na “nova Eletrobras”.

Quer saber mais? [Americanas, a fraude titânica \(uol.com.br\)](https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-fraude-titanica/)

[https:// piaui.folha.uol.com.br/materia/a-fraude-titanica/](https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-fraude-titanica/)

Não podemos deixar que façam com a Eletrobras o que fizeram com as Americanas. Conclamamos a todas as companheiras e companheiros a participarem das assembleias e atos convocados por suas entidades sindicais e pelo CNE. É hora de resistência e luta para reestatizar as nossas Empresas do Sistema Eletrobras. Recuperar o que nos foi subtraído de mais precioso, o direito de trabalhar com dignidade e segurança para sustentar nossas famílias e levar energia a sociedade, isso sim é a verdadeira brasilidade.

Seguimos na luta! Pela retomada do direito a voto dos 43% das ações. Pela reestatização da Eletrobras!

